

A Psicanálise não é apolítica
Psychoanalysis is not apolitical
El Psicoanálisis no es apolítico
La Psychanalyse n'est pas apolitique

Raul Albino Pacheco Filho¹

Resenha do livro de Antonio Quinet, *A política do psicanalista: do divã para a pólis*. Rio de Janeiro, Atos e Divãs, 2021. 172 páginas.

Quando criei o Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade na pós-graduação da PUC-SP, em 1996, escutei alguns comentários de estranhamento: "Mas a Psicanálise tem algo a dizer sobre a sociedade? Não é sobre a cultura, não?". E o sentido de cultura aludido era bem limitado: não era cultura no sentido antropológico, e sim o de produções estéticas e artísticas. O analista não deveria se envolver com questões da sociedade e muito menos com política. Como alguns desses comentários vieram até mesmo de colegas psicanalistas lacanianos, devo confessar que, na época, senti certa inquietação: será que eu estava em um caminho equivocado? Persisti na minha escolha e não me arrependi, tendo encontrado muitas parcerias relevantes com colegas psicanalistas, igualmente convictos (as) da importância de se pensar o social.

Fica fácil entender, portanto, a minha satisfação com o fato de uma liderança importante da Psicanálise no Brasil, como Antonio Quinet, nos trazer a contribuição deste seu novo livro: "A política do psicanalista – do divã para a pólis".

Noto uma atenção cada vez maior aos temas que dizem respeito diretamente à política *stricto sensu* (a da pólis), na atuação e produção de Quinet. Veja-se, por exemplo, a sequência que vai dos livros sobre o laço social, como *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia* (Jorge Zahar, 2006) e *Os outros em Lacan* (Jorge Zahar, 2012), às coletâneas mais recentes *As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização* (Segmento Farma, 2013) e *Sexuação e identidades* (Atos e Divãs, 2019). Essa observação vem acompanhada de satisfação, dada a minha convicção de que os analistas têm muito a contribuir a esse respeito. Como Quinet é uma liderança na Psicanálise, eu avalio bem a importância de suas reflexões e ações nesse âmbito, assim como da própria função de sinalização (de exemplo) que essa sua dedicação ao assunto tem para tantos psicanalistas brasileiros.

Nas relações dos psicanalistas com as questões da pólis, existem dois riscos. E aqui eu estou usando o termo pólis no sentido que Quinet traz no livro:



¹ Psicanalista. Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP (atuando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e no Curso de Graduação em Psicologia).

<https://orcid.org/0000-0001-7977-7952>

e-mail: raulpachecofilho@uol.com.br

Há alguns anos venho utilizando o termo pólis para evocar a atuação do psicanalista na sociedade a partir do discurso do analista, no seu engajamento na reflexão sobre as subjetividades de sua época e no debate sobre o mal-estar da civilização tanto conjuntural quanto estrutural (p. 11).

O campo dessa atuação fica bem delimitado pela escolha de referir-se à pólis como "cidade dos discursos", onde o termo "cidade" remete ao "lugar de convivência de homens e mulheres com suas instituições, leis, organização, simbologias e convenções". E o termo "discursos" refere-se aos:

laços sociais que se organizam no campo do gozo para que as pessoas possam conviver entre si e exercerem as 'profissões impossíveis' definidas por Freud: governar, educar, psicanalisar e, acrescentou Lacan, fazer desejar (2021, p. 12).

Como eu dizia, nas relações dos psicanalistas com as questões da pólis existem dois riscos. O primeiro é que, tentando preservar a Psicanálise dos conflitos inerentes à vida social, os psicanalistas resguardem-se em uma supostamente possível neutralidade absoluta, numa bolha pretensamente protegida do tempo e da história. No livro, Quinet fala do "sono profundo da neutralidade", que nos isentaria de "pensar qual a parte que nos cabe — um a um — nessa geleia geral" (2021, p.13).

O segundo risco é o dos psicanalistas 'meterem os pés pelas mãos' e fazerem incursões desastradas e ingênuas em temas sociais e políticos, sem a complexidade e profundidade requeridas.

Embora reconhecendo os riscos e estando atento para não se afastar do solo rigoroso dos fundamentos da Psicanálise, Quinet mostra acreditar que não é possível evitar posicionar-se sobre determinados fatos histórico-sociais, enquanto psicanalista, para não se omitir em questões de importância essencial. É o que está claro no livro e também em outros pronunciamentos, dos quais eu cito um recente:

Nem sempre o silêncio sobre o 'circunstancial' é louvável podendo se confundir com o 'terror conformista' (cf. Lacan). Precisamos de 'exemplo' em nossas posturas políticas? Ou devemos, pelo contrário, avaliar as circunstâncias e conjunturas do momento e do lugar para responder com a psicanálise? Não só para que não entre em declínio, como é o caso em certos países, como também para que o discurso do analista possa fazer parte da Cidade dos discursos e mudar as mentalidades? (2021, p.102)

Os mais cautelosos e preocupados sempre acenam com a resposta invariável de que, como psicanalistas, o que nos cabe é escutarmos em nossos consultórios as singularidades dos sujeitos. Isso é inquestionável: cabe-nos garantir, na civilização, um lugar para o sujeito do inconsciente, seu *synthoma* e para a existência e relevância do real e do gozo. E fazemos isso sustentando o discurso do analista nas análises que conduzimos. Porém, eu entendo que essa não é a única maneira pela qual nos cabe participar do mundo social em que vivemos: e isso, não apenas como cidadãos, mas também como psicanalistas.

Quinet deixa claro que esta também é a sua posição, ao falar da extraterritorialidade da Escola. Conta-nos, no livro, que ele e Rodrigo Pacheco tiveram que se posicionar sobre isso, em Barcelona, em 2018, como representantes do Brasil no Encontro da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano. E afirma, sem vacilação, que "a Escola não deve ser um gueto protegido dos mal-estares sociais", e sim um lugar para os analistas elaborarem o discurso do analista "não só nas análises, mas também na relação da Escola com a pólis" (2021, p. 64). Eu acrescentaria que essa é função do psicanalista também em outros territórios, como a

universidade. É na ampliação desse raio de ação dos psicanalistas, na pólis, que seu livro vem investir.

O título do livro já aponta essa duplicidade interessante de âmbitos para a atuação do psicanalista: o divã e a pólis. E isso sugere um trânsito entre a psicanálise em intensão e a psicanálise em extensão, entre as quais deve existir uma continuidade moebiana, como propõe Quinet. Além disso, remete-nos à estratégia epistemológica e ética do psicanalista, que, na formalização teórica e na extensão de sua práxis, sempre aponta a clínica como fonte primordial de experiência.

Não pretendo fazer uma síntese do livro, tampouco oferecer uma visão simplificada e maçante de uma obra complexa e profunda. Quero apenas assinalar um ou outro ponto, que sirva para aguçar a curiosidade de possíveis leitores (as) e mostrar a importância da obra. E um deles é o modo engenhoso com que Quinet retoma a tríade política-estratégia-tática desenvolvida por Clausewitz, que inspirou de Lênin a Lacan, desdobrando a política do psicanalista em:

- uma política da falta-a-ser que contrapõe a ética psicanalítica do desejo (que inclui a falta) ao devaneio burguês, o qual supõe ser possível eliminar a castração e a falta por meio do serviço de bens de consumo do capitalismo. Mas que "implica uma amputação, sacrifícios, ou seja, esse estilo de puritanismo na relação com o desejo que se instaurou historicamente" (Lacan, 2008. p. 356).
- uma política do mais-de-gozar, que, tendo como referência o *objeto a* e os discursos (aparelhos de gozo), contrapõe-se ao discurso capitalista corruptor dos laços sociais, o qual, por meio da mais-valia, "comanda hoje o ultraliberalismo, a segregação em massa, a apropriação por parte de poucos dos bens de produção, os golpes de Estado de desestatização em prol de empresas e as guerras por conquista territoriais" (Quinet, 2021, p. 32).
- uma política da não-toda que se coloca em discordância com a lógica do todo-fálico, a qual (esta última) rejeita, menospreza e persegue toda manifestação do feminino, do diferente (*heteros*), do gozo Outro e do estrangeiro, sob as formas da misoginia, machismo, racismo, homofobia e ataque aos pobres, índios e afrodescendentes.

Outro ponto importante do livro é a consideração da interpretação, do ato e do desejo ético do psicanalista como instrumentos de objeção ao 'não quero saber nada disso' da paixão da ignorância. É com eles que o psicanalista denuncia a forclusão da castração do discurso capitalista e se opõe "à redução do sujeito a um consumidor idiotizado pelo *marketing* e ao engodo do capitalismo como se fosse a verdade do ser falante" (Quinet, 2021, p. 51).

E um terceiro ponto bastante fecundo, avançando sobre o que já havia sido trazido em *Um olhar a mais: ver e ser visto na Psicanálise* (Zahar, 2002), é sobre o que ele chama "panoptismo digital" e "sociedade escópica". A importância de se pensar os dispositivos de "paranoização" usados para vigiar e controlar as pessoas agora se tornou essencial e urgente, dada a utilização da internet e das redes sociais para disseminar *fakenews* e influenciar até mesmo as posições políticas e eleitorais das pessoas, como vimos nas eleições de Trump e Bolsonaro.

Também quero mencionar uma questão que o livro me suscitou: será que não valeria a pena distinguir os sentidos dos termos "anticientificista" e "anticiência", atribuindo só o primeiro à Psicanálise, considerando-se o convite de Lacan no resumo de *Seminário 11* (Zahar, 1964-1965, p. 249): "o que é uma ciência que inclui a psicanálise?"². Afinal, Freud e Lacan empreenderam seus melhores esforços para oferecer à Psicanálise uma formalização clínica e teórica com o rigor de uma ciência. E nós, psicanalistas, ainda agora na pandemia, nos juntamos

² Qu'est-ce qu'une science qui inclut la psychanalyse?

em defesa da importância da ciência, contra os ataques obscurantistas e negacionistas da direita fascista à vacina e ao isolamento social.

Meu último comentário sobre o livro é que ele, decididamente, não recai em dois equívocos comuns, que se fazem em certas reflexões críticas sobre o capitalismo e seu discurso; e que têm problemas políticos e epistemológicos. O primeiro equívoco são as patologizações, ora da sociedade, ora do sujeito contemporâneo, quando a Psicanálise se opõe a patologizações. O segundo equívoco eu apontei em um escrito: "O frenesi teórico sobre o sujeito do capitalismo tardio" (Pacheco Filho, 2012). Trata-se das formulações que propõem um ponto de ruptura em que teria surgido um suposto novo sujeito que poria em xeque as formulações desenvolvidas para o sujeito de períodos históricos precedentes. Falo de concepções como "queda do simbólico", "sujeito pós-moderno", "condição pós-humana", "substituição de um supereu repressivo por outro que convoca ao gozo" e "declínio da função paterna". Embora Quinet até mencione algumas dessas noções, o eixo central do seu livro escapa desse tipo de viés e apoia-se seguramente no que existe de mais sólido no arcabouço psicanalítico.

É inegável que o seu livro abriu uma senda extremamente fecunda: pela posição política que merece ser saudada, pela precisão e profundidade teórica e conceitual e pela coerência com a ética da Psicanálise. Já aprendi sobre muitas coisas com Quinet em seus livros anteriores. Este novo dá sequência a essa série. Tenho certeza de que todos (as) também terão muito a aproveitar dele!

Referências

- LACAN, J. (1959-1960) *O seminário, Livro 7: A ética da Psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, J. (1964-1965) *Le résumé de séminaire de l'année 1964-1965*. Annuaire de l'École pratique des Hautes Études (Section sciences économiques et sociales) 1964-1965, p. 249-251.
- PACHECO FILHO, R. A. (2012) O frenesi teórico sobre o sujeito do capitalismo tardio. In: RUDGE, Ana Maria & BESSET, Vera L. (orgs.) *Psicanálise e outros saberes*. Rio de Janeiro, Cia de Freud/FAPERJ, 2012.

Citação/Citation: Pacheco Filho, R. A. (2022) A Psicanálise não é apolítica. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XIV, no. 1.), pp. 142-145.